



2021

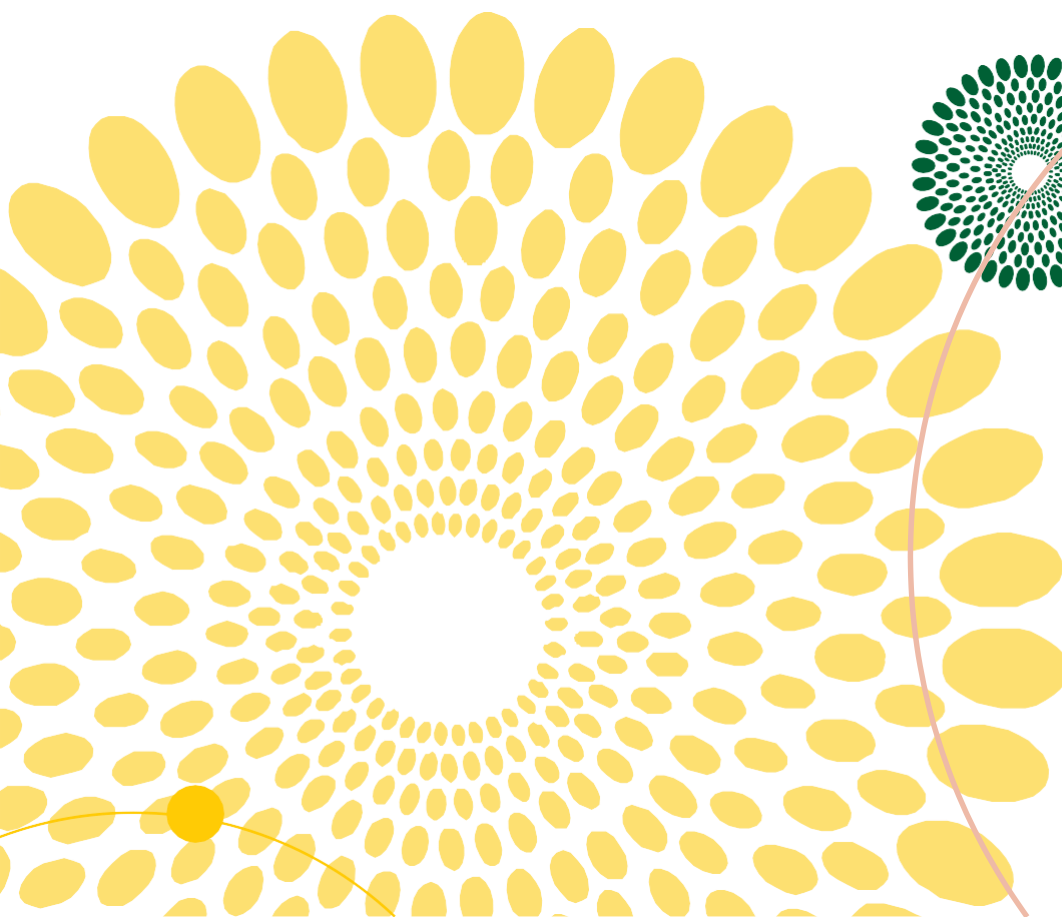
RELATÓRIO
DE CONTAS
INTERCALAR



ÍNDICE



1. Demonstração da Posição Financeira	2
2. Demonstração do Rendimento Integral	4
3. Demonstração das Variações em Capital Próprio	6
4. Demonstração de Fluxos de Caixa	8
5. Notas às Demonstrações Financeiras	10



01.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA





Demonstração da Posição Financeira em 30 de Junho de 2021

Balanço	Notas	jun/21	dez/20
Ativos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	3.300.805	3.586.959
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	21.040.955	22.179.232
Aplicações em Instituições de Crédito	9	6.600.000	600.000
Empréstimos e adiantamento a clientes	10	99.922.315	84.721.447
Outros Ativos	11	26.157.983	6.312.756
Ativos tangíveis e ativo de Direito de Uso	12	18.142.435	20.338.936
Ativos intangíveis	13	1.050.669	325.088
Total do passivo		176.215.162	138.064.418
Passivos			
Depósitos de clientes	14	17.861.697	21.151.757
Empréstimo Convertível		0	0
Outros passivos	16	54.091.080	5.816.057
Credores e outros recursos	16	14.816.014	21.466.851
Total de passivos		86.768.791	48.434.665
Capital próprio			
Capital	17	131.582.500	131.582.500
Reservas		0	0
Resultados transitados		-41.953.328	-23.243.642
Resultado do exercício		-182.801	-18.709.105
Total de capital próprio e resultados transitados		89.446.371	89.629.753
Total do Passivo e de capital próprio		176.215.162	138.064.418



José Mário Mimoso da Rosa
Técnico de contas

Pierre Strauss



Presidente do Conselho de Administração

02.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL





Demonstração do rendimento integral em 30 de Junho de 2021

Demonstração de Resultados	Notas	jun/21	jun/20
Juros e rendimentos similares	18	23.233.888	14.608.035
Juros sobre passiva locação financeira		1.277.983	1.188.714
Margem financeira		21.955.905	13.419.321
Rendimentos de serviços e comissões	19	2.915.442	1.646.367
Encargos com serviços e comissões	19	846.246	502.150
Serviços e comissões líquidas		2.069.196	1.144.217
Operações financeiras líquidas	20	(3.300.452)	43.620
Outros rendimentos operacionais	21	15.758.077	8.030.532
Rendimentos Operacionais		12.457.624	8.074.152
Imparidade líquida do exercício	10	(3.651.077)	(897.105)
Rendimentos Operacionais Líquidos		32.831.648	21.740.586
Gastos com pessoal	22	14.292.360	14.203.713
Outros gastos administrativos	23	16.239.809	16.934.104
Depreciações e amortizações	12;13	2.482.280	2.067.419
Outros gastos não operacionais	24	0	0
Total de Custos Operacionais		33.014.449	33.205.236
Lucro antes de impostos		(182.801)	(11.464.650)
Total do resultado integral exercício		(182.801)	(11.464.650)



Pierre Strauss
Presidente do Conselho de Administração

José M
Técnico



o Rosa

03.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO





Demonstração das variações em capital próprio em 30 de Junho de 2021



"o - !d/*"

	CAPITAL SOCIAL	PREMIO DE EMIÇÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 01 de Janeiro de 2020	70.000.000		(23 243 642)		46 756 358
Aplicação do exercício anterior	37 800 000	23 782 500			61 582 500
Correção do exercício anterior					(285 320)
Prejuízo líquido do exercício				(18 499 199)	(18 499 199)
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	107 800 000	23 782 500	(23 243 642)	(18 499 199)	89 839 659
Aplicação do exercício anterior			(18 499 199)		
Aumento de capital social					
Premio de emissão					
Prejuízo Líquido do exercício				(182 801)	(182 801)
Saldo a 31 de Junho 2021	107.800,000	23 782 500	(41 742 841)	(182 801)	89 656 858

José Mário Mimoso da Rosa
Técnico de contas

Pierre Strauss
Presidente do Conselho de Administração

04.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA





Demonstração de fluxos de caixa para o período em 30 de Junho de 2021

	Notas	jun/21	dez/20
Atividades Operacionais			
Juros, comissões e outros rendimentos recebidos	18;19	26 439 780	34 070 626
Juros, comissões e outros gastos pagos	18	(7 006 564)	(1 190 851)
Encargos com juros sobre locações	12;16	-	(2 151 617)
Pagamento a colaboradores e fornecedores	22;23	(28 306 110)	(72 134 397)
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos		(8 872 894)	(41 406 239)
Diminuições (aumento) em :			
Aplicações em intuições de crédito		(6 000 000)	0
Créditos a clientes	10	(18 109 922)	(25 217 956)
Outros ativos		17 465 375	0
Fluxo líquido proveniente de ativos operacionais		(6 644 547)	(25 217 956)
Aumento em:			
Recursos de Clientes	14	(3 290 060)	2 758 525
Outros Passivos	16	(6 274 324)	2 809 009
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais		(9 564 383)	5 567 534
Fluxo líquido das Atividades operacionais		(25 081 825)	(61 056 661)
Atividades de Investimento			
Aquisições de Ativos Tangíveis e Intangíveis	12	590 869	(3 455 342)
Alienação de ativos tangíveis e ativos intangíveis	13	0	0
Fluxo líquido das atividades de investimento		590 869	(3 455 342)
Atividades Financiamento			
Outros passivos por direito de uso	16	266 525	12 647 311
Doações	16	0	24 933 087
Empréstimo	16	22 800 000	0
Fluxo líquido das atividades de financiamento		23 066 525	37 580 398
Efeitos de alteração de taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes			290 549
Aumento de caixa e seus equivalentes		(1 424 431)	(26 931 606)
Caixa e seus equivalentes no início do período		25 766 191	52 407 247
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7;8	24 341 760	25 766 190

José Mário Mimoso da Rosa

Técnico de Contas

Pierre Strauss
Presidente do Conselho de Administração

05.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





1. Introdução

O Futuro, MCB, S.A. (referido neste documento como “Futuro ou banco”) é uma sociedade anónima constituída em 8 de Maio de 2017, com a sede social na cidade de Nampula, em Moçambique, que está organizada sob a forma de micro banco conforme autorização do Banco de Moçambique datada de 8 de Maio de 2017.

O Futuro beneficia do apoio do Governo Suíço, através da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC), no âmbito da colaboração com o Governo de Moçambique através do Banco de Moçambique. Esta colaboração enquadra-se no esforço nacional de desenvolvimento do sistema financeiro nas áreas rurais e urbanas onde 85% da população economicamente ativa não tem acesso a este.

O Futuro tem como objetivo oferecer serviços bancários de alta qualidade a microempresários e pessoas singulares nas áreas urbanas e rurais das cidades, na zona alvo que abrange a região norte de Moçambique, enquanto organização totalmente integrada e inserida na sociedade, o Futuro relaciona-se com o meio exterior, valorizando a cultura local como ponto-chave para garantir o sucesso.

O Futuro tem vindo a oferecer progressivamente uma gama mais alargada de serviços e produtos bancários aos seus clientes.

Na opinião da Direção Executiva estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Futuro bem como a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.



2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Aviso nº. 4/ GBM/2007, de 30 de Março de 2017, do Banco de Moçambique, e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).



As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico e sem modificações pela aplicação do justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Futuro, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou em que os pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 3.

2.2. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.2.1 Transações em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados na moeda do ambiente económico em que o Futuro opera, designada por moeda funcional, que é o Metical (todos os valores são arredondados em Meticais). Salvo indicação explícita em contrário, o Metical é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras do Futuro MCB.

(ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Metical são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento e recebimento das transações, bem como da conversão dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira à taxa de câmbio em vigor na data do balanço, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, na rubrica Resultados de reavaliação cambial.

(iii) Taxas de câmbio

As taxas de câmbio utilizadas para converter os saldos expressos em moeda estrangeira com referência a 30 de Junho de 2021 foram as seguintes:

Moeda	2021	2020
USD	63.42	74.90

2.2.2 Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique e OIC

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

2.2.3 Disponibilidades em outras instituições de crédito

As disponibilidades em outras instituições de crédito incluem os depósitos em outros bancos nacionais, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

2.2.4 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i. Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transação, ou seja, a data em que o Futuro se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Futuro torna-se parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii. Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Futuro Mcb, S.A. o adquiriu. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

iii. Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transação diferir do justo valor de uma transação observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Futuro Mcb, S.A. reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transação e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transação e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os “inputs” se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desconhecido.

iv. Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos

São ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado ativo e são reconhecidos ao custo amortizado, através dos seguintes critérios:



- Os ativos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter futuros fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o capital em dívida.

v. Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

vi. Anulação do reconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O Futuro Mcb, S.A. reconhece um ativo financeiro, tal como um empréstimo e adiantamento a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, cuja diferença é reconhecida como um ganho ou perda do período, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registrada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados no Stage 1 para efeitos de determinação da ECL, a menos que o novo empréstimo seja considerado POCI (Purchased or originated credit impaired)

A anulação do reconhecimento dos ativos financeiros é efetuada quando:

- Mudança da moeda do empréstimo
- Introdução de um instrumento de capital
- Alteração na contraparte
- Se as alterações contractuais levarem a que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI

2. Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do ativo financeiro

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tiverem expirado. O Futuro Mcb, S.A. também desreconhece os ativos financeiros se ambos tiverem transferido o ativo financeiro e as transferências se qualificarem para o desreconhecimento.

O Futuro Mcb, S.A. transfere o ativo financeiro se:

- Transferiu os seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, ou
- O Futuro Mcb, S.A. retém os direitos sobre os fluxos de caixa futuros, mas assumiu uma obrigação de pagar, integralmente, o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo entre as mesmas.



vii. Juros, rendimentos e gastos similares

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta, no momento do reconhecimento inicial, os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efetiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação.

viii. Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Futuro Mcb, S.A. obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efetuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a concessão de crédito.

2.2.5 Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor dos ativos e passivos financeiros reconhecidos no balanço não pode ser determinado com base na cotação num mercado ativo, a determinação é feita através da utilização de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos matemáticos. Os inputs utilizados nos referidos modelos são baseados em informações disponíveis no mercado, contudo, sempre que tal não é praticável são efetuados julgamentos na determinação dos justos valores dos instrumentos financeiros.

O Futuro Mcb, S.A. mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflete a importância dos inputs utilizados na mensuração:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos, para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indireta- mente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os ativos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo justo valor numa base recorrente, o Futuro Mcb, S.A. determina se as transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que é significativo para a mensuração do valor justo como um total) no final de cada período de relato.



2.2.6 Imparidade de ativos financeiros

A NIRF 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da imparidade de ativos financeiros. Assim, deixa de ser necessário a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas (ECL) com base na informação futura, substituindo o modelo atual das perdas incorridas somente quando haja uma evidência objetiva de que uma perda foi já incorrida.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos ativos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de ativos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (*Stage 1*) e *Lifetime* (*Stages 2 e 3*). Os ativos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito:

Stage 1: *Performing* - Os ativos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento. O valor das perdas esperadas resulta de eventos de “default” que venham a ocorrer nos 12 meses seguintes.

Stage 2: *Under-performing* - Os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de *default* que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do ativo financeiro. O juro destes ativos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto.

Stage 3: *Non-performing* - Os ativos financeiros com evidência objetiva de imparidade (default) na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. Será então reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos aqui classificados. Para estes ativos, o juro é calculado sobre o seu valor líquido de balanço.

i. Análise Coletiva

Considera as perdas esperadas para exposições não significativas ou exposições significativas classificadas em Stage 1.

A imparidade coletiva resulta de uma abordagem paramétrica à recuperabilidade do crédito, suportada por informação histórica da carteira de crédito, sendo aplicada de forma automática a todas as operações.

O Modelo de Imparidade do Crédito do Futuro determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando-



do-a nos segmentos da carteira de crédito definidos com base na avaliação histórica das carteiras e do comportamento atual e passado e a visão prospetiva da operação.

Neste sentido, as perdas por imparidade apuradas pelo modelo procuram refletir:

- i. Uma quantia objetiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis;
- ii. O valor temporal do dinheiro; e
- iii. Informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos à data de relato sobre eventos passados, condições atuais (Point-in-Time) e previsões de condições económicas futuras (Forward Looking).

Para determinação das perdas por imparidade para a análise coletiva são considerados os seguintes Fatores de Risco:

- i. Probabilidade de Default (PD) – A Probabilidade de Default (PD) é a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. Este “estado” irá reflectir-se na classificação de imparidade do crédito.
- ii. Loss Given Default (LGD) – A “Loss Given default (LGD)”, ou perda dado o incumprimento, representa a percentagem do valor de um crédito que o Futuro mcb espera perder quando esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de “default”, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação.
- iii. Credit Conversion Factor – O Credit Conversion Factor (CCF), ou factor de conversão de crédito representa a percentagem da exposição extrapatrimonial que poderá ser convertida numa exposição patrimonial até ao default. A metodologia desenvolvida pelo Futuro mcb é aplicada a operações com limites de utilização de crédito “revolving”, tais como Cartões de Crédito, Descobertos e Contas Correntes. Para Garantias Bancárias e Créditos Documentários são usados os CCF regulamentares.
- iv. Behavioural Maturity (BM) – Behavioural Maturity (BM), ou maturidade comportamental identificar o período de tempo durante o qual a instituição se encontra exposta ao risco de crédito. Este parâmetro é tipicamente calculado para operações em que a data de vencimento da operação não se encontra definida

ii. Análise Individual (AI)

Considera as perdas esperadas para exposições significativas classificadas em Stage 2 ou Stage 3.

A Análise Individual (AI), como o próprio nome sugere resulta da análise individualizada a cada um dos clientes não sujeito a análise coletiva ao qual é atribuída uma classificação de imparidade (comparável à Probabilidade de Default) e uma estratégia de recuperação.



Esta análise é obtida através de formulários preenchidos pelos analistas e revistos pelos supervisores (responsável máximo da respetiva Área Comercial) e validado pelo Comité de Crédito (CC) e aprovado pelo Conselho de Gerência (CG).

A imparidade por Análise Individual pretende apurar as perdas esperadas de crédito, tendo em consideração as abordagens:

- i. *Going Concern* - Recuperação do crédito com recurso aos cash flows gerados pela atividade da empresa;
- ii. *Gone Concern* - Recuperação de crédito só pode ocorrer por via da execução das colaterais.

Todas as operações de crédito que forem analisadas de forma individual, mas para as quais não seja reconhecida a imparidade deverá ser atribuído a Imparidade que teria se tivesse sido submetido a uma análise Colectiva.

iii. Informação “Foward-looking”

Para determinação da ECL o Futuro Mcb, S.A. conta com informação prospetiva económica, tal como:

- Inflação dos últimos cinco anos bem como a projeção para o ano seguinte;
- A evolução do PIB; e
- Prime rate

2.2.7 Ativos tangíveis e ativos de direito de uso

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando são montantes significativos.

Os direitos de uso do ativo são apresentados conjuntamente com os equipamentos na demonstração da posição financeira e as depreciações de forma linear durante o período do contrato de locação.



As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

ATIVOS	ANOS DE VIDA ÚTIL
Obras em edifícios arrendados	10 anos
Mobiliário e equipamento	6-10 anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	10 anos

Sempre que existem indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, para registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

A anulação do reconhecimento do ativo tangível é efetuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o ativo é desreconhecido.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo e reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

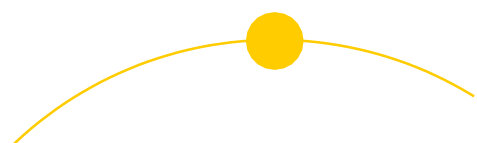
2.2.8 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme indicado nos parágrafos seguintes.

Reconhecimento inicial

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo os custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis após a dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e



- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, o Futuro valoriza os seus ativos intangíveis pelo modelo do custo, conforme preconizado pela NIC 38 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

O Futuro determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso e durante a vida útil estimada.

2.2.9 Imparidade de ativos não financeiros

O Futuro realiza os testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual o ativo não financeiro se encontra registado nas demonstrações financeiras não é recuperável. Sempre que o valor recuperável apurado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Futuro avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se assim for regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para determinar a existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo dos fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de uma imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.2.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.2.11 Impostos

a) Impostos correntes

Os impostos sobre ativos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos ativos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são

reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do ativo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido ativo possa ser utilizado. Os ativos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o ativo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os ativos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os ativos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

2.2.12 Locações

O Futuro avalia no início do contrato se um contrato é ou contém uma locação. Ou seja, se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de consideração.

Futuro. como locatário

O Futuro aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas os contratos de locação, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Futuro reconhece passivos de locação financeira para efetuar pagamentos de locação e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Futuro reconhece ativos de direito de uso na data de início do contrato (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer mensuração dos passivos de locação. O custo dos ativos de direito de uso inclui a quantia de passivos de locação reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de locação efetuados na data ou antes da data de início, menos quaisquer incentivos de locação recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo prazo do contrato.

O prazo dos contratos varia de um a dez anos e são automaticamente renováveis. Os contratos de locação são destinados para uso como Agência e Sede do Futuro e armazenamento de equipamentos e bens.

Os ativos de direito de uso estão apresentados na Nota 12 Ativos tangíveis e ativos de direito de uso e estão sujeitos a perdas por imparidade de acordo com a política do Futuro, conforme descrito na Nota

2.2.9 Imparidade de ativos não financeiros.

Passivos de locação

Na data de início do contrato de locação, o Futuro reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos de locação a serem efetuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos de locação são descontados segundo a taxa de juro incremental na data da aplicação inicial de 20.5% usada pelo locatário. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos), pagamentos variáveis da locação que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual. Os pagamentos de locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Futuro e pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato refletir o exercício da opção

de rescisão. Pagamentos de renda variável que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que acionar o pagamento.

O passivo de locação encontra-se apresentado na Posição financeira na linha dos “Outros passivos”

2.2.13 Donativos



O Futuro reconhece os Donativos como proveitos diferidos na posição financeira, e transfere para receitas quando as condições contratuais são satisfeitas. O ganho é reconhecido em resultado quando a despesa ocorre, para os subsídios aos ativos o ganho e/ou a perda é reconhecido na Demonstração de Resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Futuro são avaliados de uma forma contínua, representando a melhor estimativa do Conselho de Administração à data de cada relato, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem.

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontra-se descrita na alínea 2.2.6) Imparidade de ativos financeiros, conforme prescrito na NIRF 9.

Princípio da continuidade

O Futuro mcb, S.A. apresenta um prejuízo acumulado no montante de 42 192 252,05 Meticais (2020:18.709.105 meticais; 2019:6.844.622 meticais; 2018:16.113.659,55 meticais), sendo o prejuízo do exercício no montante de 182 801 Meticais.

O capital próprio do Futuro Mcb, S.A. em 30 de Junho de 2021 é de 107.800.000 Meticais, que representa 100% do capital social (2020: 87%; 2019: 67%), esta melhoria do indicador, resulta do aumento do capital social por entrada de um novo acionista no âmbito das medidas implementadas pelos acionistas com vista a melhorar cada vez mais a rentabilidade da instituição.

Atendendo ao atual modelo de negócio estabelecido pelo Futuro Mcb, S.A., cujos objetivos foram definidos para quatro exercícios (2020-2024), o Conselho de Administração entende que o Futuro Mcb, S.A. está em condições de poder fazer face ao perfil de risco considerado no mercado.

Com base no exposto, a gestão do Futuro Mcb, S.A. fez uma avaliação da capacidade de continuar a operar e está satisfeita por ter recursos para continuar os negócios no futuro. Além disso a gestão não tem conhecimento de quaisquer incertezas relevantes que possam colocar em dúvida a capacidade do Futuro Mcb, S.A. de continuar a operar. Portanto as demonstrações financeiras, continuam a ser preparadas de acordo com o princípio de continuidade.





4. Fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

	Jun 2021	Dez 2020
Caixa	3 300 805	3 586 959
Depósitos Bancários	21 040 955	22 179 232
	24 341 760	25 766 191



5. Novas normas de contabilidade emitidas, mas que ainda não se encontram em vigor

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efetivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Futuro são descritas abaixo. O Futuro pretende adotar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efetivas.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Emendas) – “Classificação de passivos como correntes ou não correntes”

Esta alteração introduzida à norma clarifica a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de deferir o seu pagamento, no final de cada período de relato financeiro. A emenda é de aplicação retrospectiva e com início em ou após 1 de Janeiro de 2022.

NIRF 17 Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a NIRF 17 Contratos de Seguros (NIRF 17), uma nova e abrangente contabilidade para contratos de seguro, cobrindo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez efetiva, a NIRF 17 substituirá a NIRF 4 Contratos de Seguro (NIRF 4). A NIRF 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (ou seja, vida, não vida, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que emite bem como certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionárias. A NIRF 17 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com valores comparativos necessários. Esta norma não é aplicável ao Futuro Mcb, S.A..



NIRF 9 Instrumentos Financeiros - Taxas de “10 por cento” para o desreconhecimento de passivos financeiros

Como parte do seu processo de melhoramentos anuais das normas, o IASB emitiu emenda à NIRF 9. A emenda clarifica as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Estas taxas incluem apenas os montantes pagos ou recebidos entre o mutuário e o mutuante, incluindo as taxas pagos ou recebidos pelo mutuário ou pelo mutuante em nome do outro. Uma entidade aplica a emenda aos passivos financeiros no início ou após o início do período anual de relato em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez. A emenda aplica-se para períodos de reporte anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022, sendo permitida a sua adoção antecipada. O Futuro aplicará as emendas aos passivos financeiros que forem modificadas ou alterados após o início do período anual em que se aplicará a emenda pela primeira vez e não espera que tal resulte num impacto material nas suas demonstrações financeiras.

NIRF 16 Locações COVID-19 - Concessões de arrendamento relacionadas está agora reflectida no Relatório da Situação de Endosso.

Emenda à NIRF 16 Contratos de Arrendamento COVID-19 - Concessões de Arrendamento Relacionadas. As Emendas são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Junho de 2020.

A Emenda permite aos arrendatários, como um expediente prático, não avaliar se determinadas concessões de arrendamento relacionadas com a COVID-19 são modificações de arrendamento. Por conseguinte, se preenchessem as condições, os arrendatários que aplicassem o expediente prático reconheceriam o montante da renda perdoadada em ou antes de 30 de Junho de 2021 em rendimentos no ano da concessão. Na ausência do expediente prático, este teria sido reconhecido em rendimentos ao longo da duração do contrato. Esta alteração não se espera que venha a ter um impacto material nas suas demonstrações financeiras.

NIRF 4 Contratos de Seguro - adiamento da NIRF 9 está agora refletida no Relatório da Situação de Endosso.

As Emendas à NIRF 4 Contratos de Seguro são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2021.

As Emendas prorrogam a data de expiração da isenção temporária da aplicação da NIRF 9 de 1 de Janeiro de 2021 para 1 de Janeiro de 2023 para alinhar as datas de entrada em vigor da NIRF 9 Instrumentos Financeiros com a NIRF 17 Contratos de Seguro. Esta norma não é aplicável à Instituição.





6. Alterações de políticas contábilísticas, estimativas e erros

Novas normas de contabilidade em vigor e respetivas interpretações

Emendas à NIRF 3: Definição de um Negócio

Em outubro de 2018, o IASB emitiu emendas à definição de empresa na NIRF 3 Combinações de Negócios para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos é um negócio ou não. Eles esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, remove a avaliação de se os participantes do mercado são capazes, substituindo quaisquer elementos ausentes, inclui orientações para ajudar as entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringindo as definições de um negócio e de produtos e introduzir um justo valor opcional de teste de concentração. Novos exemplos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as emendas. Como as emendas se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na ou após a data de primeira aplicação, o Futuro não é afetada por essas emendas.

Emendas à IAS 1 e IAS 8: Definição de Material

Em Outubro de 2018, o IASB emitiu emendas à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e à IAS 8 Políticas Contábilísticas, Alterações nas Estimativas Contábilísticas e Erros para alinhar a definição de “material” entre as normas e para clarificar certos aspetos da definição. A nova definição estabelece que, “A informação é material se omitir, falsear ou distorcer a informação poderia influenciar na tomada de decisões dos usuários primários das demonstrações financeiras. As alterações à definição de material não tiveram qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras do Futuro.

Emendas à NIRF 9, IAS 39 e NIRF 7 Reforma da Taxa de Juro de Referência

As Emendas relacionam-se com as questões que afetam os relatórios financeiros nos períodos anteriores à substituição de uma taxa de juro de referência existente por uma taxa de juro alternativa.

As Emendas proporcionam alívio das avaliações altamente prováveis e prospetivas exigidas pela NIRF 9 e IAS 39 para as relações de cobertura que são afetadas pelas incertezas da reforma da IBOR. Com o mesmo objetivo, as Emendas preveem um alívio da avaliação retrospectiva ao abrigo da IAS 39. As exceções descritas nas Emendas aplicam-se apenas às relações de cobertura diretamente afetadas pelas incertezas da reforma da IBOR, incluindo os swaps de taxas de juro de divisas (para a componente de juros afetada). As Emendas não tiveram qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras do Futuro.

Além disso, não ocorreram alterações nas estimativas, nem foram identificados erros que possam ter impacto na reexpressão dos valores comparativos.





7. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

No período findo em 30 de Junho de 2021, a decomposição da rubrica Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais apresenta-se como segue:

	Jun 2021	Dez 2020
Caixa	1 472 377	2 258 491
Banco de Moçambique	1 828 428	1 328 468
	3 300 805	3 586 959

8. Disponibilidades em instituições de crédito

No período findo em 30 de Junho de 2021, a decomposição da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito é como segue:

DEPÓSITOS À ORDEM	Jun 2021	Dez 2020
Moeda nacional	12 852 050	21 476 253
Moeda estrangeira	8 188 905	702 979
	21 040 955	22 179 232

O saldo da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos nas contas nostro do Futuro junto de outros Banco, nomeadamente, BCI – Banco Comercial e de Investimentos e Standard Bank. O saldo apresentado reflete a disponibilidade em moeda nacional e estrangeira, convertida em meticaís.





9. Aplicações em instituições de crédito

No período findo em 30 de Junho de 2021, a decomposição da rubrica de aplicações em instituições de crédito é como segue:

	Jun 2021	Dez 2020
Depósitos a prazo	6.600.000	600.000
Juros a receber	-	-
	6.600.000	600.000



10. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os créditos a clientes correspondem a empréstimos concedidos a clientes. Em 30 de Junho de 2021, a carteira de clientes encontrava-se distribuída da seguinte forma:

	Jun 2021	Dez 2020
Empréstimos a clientes	106 835 367	88 725 445
Juros a receber	1 951 924	2 118 325
Imparidade Acumulada	(8 864 975)	(6 122 322)
	99 922 315	84 721 448

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

	Jun 2021	Dez 2020
Saldo de abertura	6 122 322	3 835 845
Impacto da implementação da NIRF 9		
Imparidade do exercício	2 742 653	2 286 477
Reversões do exercício		
Saldo final	8 864 975	6 122 322



	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	TOTAL
Quantia escriturada a 1 de Janeiro 2021	-	-	-	-	-
Remensuração de acordo com NIRF 9	-	-	-	-	-
Novos ativos originados ou adquiridos	-	-	-	-	-
Transferências para Stage 1	90 960 677	-	-	-	90 960 677
Transferências para Stage 2	-	9 616 725	-	-	9 616 725
Transferências para Stage 3	-	-	6 257 965	-	6 257 965
Saldo final a 30 de Junho 2021	90 960 677	9 616 725	6 257 965	-	106 835 367

11. Outros ativos

O detalhe dos outros ativos em 30 de Junho de 2021 é como se segue



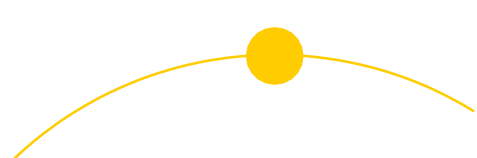
OUTROS ACTIVOS	Jun 2021	Dez 2020
Ativos por impostos sobre o rendimento	133 333	100 000
Devedores e outras aplicações	868 609	664 741
Outros ativos	0	0
Rendimentos a receber	4 186 801	2 118 325
Despesas com encargo diferido	20 969 240	5 547 434
	26 157 983	8 430 500



12. Ativos tangíveis e Ativos de direito de uso

Os movimentos registados em ativos tangíveis foram como segue:

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVOS	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Custo						
Saldo a 01 de Janeiro 2020	467 098	1 356 549	6 961 552	2 023 510	14 958 086	25 766 795
Adições		-114 085	793 434	2 682 627	-	3 476 061
Abates / Transferências	-	-	-	-	-	(114 085)
Saldo a 31 de Dezembro 2020	467.098	1 242 464	7 754 986	4 706 137	14.958.086	29 128 771
Adições	-	308 071)	282 798	-	420 492	1 011 360
Abates / Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo a 30 de Junho de 2020	467.098	1 550 535	8 037 784	4 706 137	15 378 578	30 140 131



	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADO S	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO S	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTIC O	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Amortizações						
Saldo a 01 de Janeiro 2020	20 476	186 636	2 024 526	510 115	1 944 265	4 686 018
Depreciações do exercício	9 342	83 898	971 328	989 861	2 049 388	4 103 817
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2020	29 818	270 534	2 995 854	1 499 975	3 993 653	8 789 835
Depreciações do exercício	4 671	279 195	506 681	588 267	972 133	2 350 946
Saldo a 30 de Junho de 2021	34 489	549 728	3 502 535	2 088 242	4 965 786	11 140 781
Valor líquido contabilístico						
Saldo de Dezembro de 2020	437 280	971 930	4 759 132	3 206 162	10 964 433	20 338 937
Saldo a 30 de Junho de 2021	432 609	1 000 806	4 535 249	2 617 895	10 412 792	18 999 351

Abaixo, apresenta-se o valor contabilístico das responsabilidades com locações (incluídos em “Outros Passivos” na Nota 16)

EM 1 DE JANEIRO - EFEITO DA ADOÇÃO DA NIRF 16 (NOTA 7.1.1)	
Adições	13.975.694
Acréscimo de juros	1.953.099
Pagamentos	(3.360.000)
Em 31 Junho de 2021	12.568.793

Abaixo apresenta-se o valor contabilístico das responsabilidades com locações (incluídos em “Outros Passivos” na nota 16)

Saldo 1 de janeiro de 2021	12 647 311
Adições	420 492
Acréscimo de juros	1 010 503
Pagamentos	(1 697 520)
Em 31 Junho de 2021	12 380 785



As análises das maturidades dos passivos de locação financeira estão divulgadas na nota 29.b.



13. Ativos Intangíveis

O valor dos intangíveis respeita à aquisição, produção e desenvolvimento dos sistemas de tratamento automático de dados (software) adquirido para as atividades do Futuro.

Os movimentos registados na rubrica Ativos intangíveis foram como segue:

	SOFTWARE	TOTAL
Custo		
Saldo a 01 de Janeiro 2020	1 050 669	1 050 669
Adições	-	-
Abates	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2020	1 050 669	1 050 669
Adições	-	-
Abates	-	-
Transferências	-	-
Saldo a 30 de Junho 2021	1.050.669	1.050.669

	SOFTWARE	TOTAL
Amortizações e imparidades		
Saldo a 01 de Janeiro 2020	480 420	480 420
Amortizações do exercício	245 161	245 161
Abates	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2020	725 581	725 581
Amortizações do exercício	131 334	131 334
Abates	-	-
Saldo a 30 de Junho de 2021	856 915	856 915
Valor líquido		
1 de Janeiro de 2020	570 249	570 249
Saldo a 31 de Dezembro 2020	325 088	325 088
Saldo a 30 de Junho 2021	193 754	193 754

O Futuro regista nesta rubrica o software e as despesas iniciais suportadas até à sua utilização em pleno. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada que em geral corresponde a um período de 4 anos. Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.



14. Depósitos de clientes

Nesta rubrica, encontra-se o montante correspondente ao total dos depósitos caucionados e depósitos voluntários de alguns clientes para poupança. Estes depósitos não requerem a constituição de reservas mínimas junto do Banco de Moçambique. Em 30 de Junho de 2021 o saldo apresenta-se como segue:

DEPÓSITOS DE CLIENTES	Jun 2021	Dez 2020
Depósitos à ordem obrigatórios	13 468 190	11 208 315
Depósitos à ordem voluntários	4 393 507	9 943 442
	17 861 697	21 151 757



15. Empréstimo convertível

Em 2020 o saldo desta conta foi convertido em capital social, pela realização de 54 ações, cabendo a Hollard Moçambique Companhia de Seguros uma participação de 35,06%.



16. Outros passivos

O detalhe dos outros passivos em 30 de Junho de 2021 é como segue:

OUTROS PASSIVOS	Jun 2021	Dez 2020
Empréstimos	23 085 000	0
Provisões	8 084 935	5 816 057
Proveitos diferidos	22 921 145	643 039
	54 091 080	6 459 096
Outros Credores		
Passivos de Locação	12 380 785	12 647 311
Acréscimos de gastos	0	5 816 057
Impostos	873 913	1 172 900
Fundo de Garantia	0	6 545 883
Cartão de Crédito	109 532	152 970
Outros Credores	1 451 784	304 749

Os proveitos diferidos são analisados como segue:

	Jun 2021	Dez 2020
Saldo inicial em 1 Janeiro de 2021	-	800.000
Adições do ano	37 773 216	23.764.309
Utilizações do ano	(14 852 071)	(23.833.521)
Devolução do ano	-	(730.788)
Saldo final em 30 de Junho de 2021	22 921 145	-

Esta conta regista os donativos recebidos pelo Futuro. Em 2021, o Futuro beneficiou de donativo da Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC) a título de financiamento de custos operacionais que auxilia nas seguintes despesas: despesas de gestão, despesas com desenvolvimento de novas tecnologias, despesas no âmbito da COVID-19.

Não existiram acréscimos de gastos no período.



17. Capital social

O detalhe do capital social em 30 de Junho de 2021 é como segue:

Acionistas	30 de Junho de 2021			31 de Dezembro de 2020		
	N. Ações	% Participação Capital	Valor do Capital	N. Ações	% Participação Capital	Valor do Capital
Agência de Cooperação Suiça em Moçambique	98	63,64%	68 600 000	98	63,64%	68 600 000
Hollard Moçambique Companhia de Seguros	54	35,06%	37 800 000	54	0	37 800 000
Futuro Mcb, S.A.	1	0,7%	700 000	1	0,7%	700 000
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,7%	700 000	1	0,7%	700 000
	154	100,00%	107 800 000	154	100,00%	107 800 000

Em 2020, o capital social do Futuro foi aumentado em 37.800.000, que corresponde a 54 ações por entrada de um novo acionista a Hollard Moçambique Companhia de Seguros, e um prémio de emissão no montante de 23.782.500 Meticais (Nota 15).



18. Margem financeira

O detalhe da margem financeira foi como segue:

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	Jun 2021	Dez 2020
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	23 233 888	32 142 582
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	(285 000)	-
	22 948 888	32 142 582

SERVIÇOS FINANCEIROS	Jun 2021	Dez 2020
Juros sobre passivos de locação financeira	(992 983)	(2 151 617)
	-	-
	21 955 905	29 990 965



19. Serviços e comissões líquidos

No período findo em 30 de Junho de 2021, o detalhe dos resultados de comissões foi como segue:

	Jun 2021	Dez 2020
Comissões recebidas associadas aos custos amortizados		
Rendimentos de serviços e comissões	2 915 442	4.100.613
	2 915 442	4.100.613
Outras comissões pagas		
Encargos com serviços e comissões	(846 246)	(1.190.851)
	(846 246)	(1.190.851)
	2 069 196	2.909.762



Operações financeiras líquidas

No período findo em 30 de Junho de 2021 o detalhe desta rubrica foi como segue:



	Jun 2020	Dez 2019
Ganhos em operações financeiras		
Notas e moedas estrangeiras	873 773	290.549
Perdas em operações cambiais		
Notas e moedas estrangeiras	(4 174 352)	-
	-3 300 579	290.549

O saldo desta rubrica diz respeito a diferenças cambiais dos saldos em dólar norte Americano na Posição financeira do Futuro.



21. Outros rendimentos operacionais

No período findo em 30 de Junho de 2021, o detalhe da rubrica Outros rendimentos operacionais foi o seguinte:

	Jun 2021	Dez 2020
Donativos	14 852 911	24.866.694
	14 852 911	24.866.694

Este Donativo, referem-se a uma doação da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC) com a finalidade de reforçar a solidez financeira da Futuro e ao donativo da Helvetas Swiss Intercooperation para apoio em operações de crédito para jovens empreendedores Nota 16)



22. Gastos com o pessoal

No período findo em 30 de Junho de 2021, o detalhe da rubrica Gastos com o pessoal foi o seguinte:

	2021	2020
Remuneração dos colaboradores	13 609 993	28.173.833
Prémio de produção	-	-
Encargos sociais obrigatórios	522 022	1.079.775
Outros gastos com o pessoal	160 346	157.598
	14 292 360	29.411.206

O saldo de Outros gastos com pessoal inclui o valor pago aos colaboradores em forma de assistência social no valor de 57 346,00 e incentivos aos trabalhadores no valor de 103 000,00.

O número médio de pessoal empregado pelo Futuro até Junho de 2021 foi de 78 colaboradores.





23. Outros gastos administrativos

No período findo em 30 de Junho de 2021, o detalhe dos outros gastos administrativos é como segue:

	2021	2020
Avenças e honorários	6 153 720	14.852.919
Serviços de consultoria	1 044 296	4.265.470
Rendas	273 488	566.512
Despesas com auditorias	640 000	1.310.000
Despesas de deslocação e representação	1 431 330	4.349.272
Seguros	1 430 156	2.528.052
Comunicação	978 622	1.781.603
Material de escritório	356 637	593.857
Água e energia	428 448	753.281
Combustíveis e lubrificantes	212 981	321.290
Outras despesas	0	5.214.629
	12 949 676	36.536.885

A rubrica de serviços de consultoria, refere-se aos honorários de serviços contabilísticos e fiscais como de tecnologias de Informação.



24. Outros gastos não operacionais

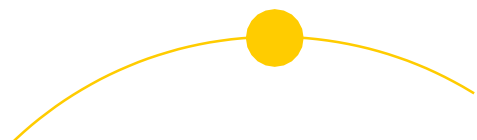
	2021	2020
Write off Portfolio	-	1.712.925
Abate de ativo tangível	-	460.810
Outras perdas	6.000	8.000
Outras perdas	22 519	1.467.588
	28 519	3.649.323



25. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras e são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.



Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Futuro gerou prejuízos fiscais, mas não registou o respetivo imposto diferido ativo porque nesta data existem incertezas quanto à sua recuperação nos próximos 5 anos. O quadro seguinte resume os prejuízos fiscais reportáveis e imposto diferido.

	PREJUÍZOS FISCAIS	IMPOSTO DIFERIDO
Prejuízos fiscais reportáveis:		
- Ano 2017	(2.517.599)	(805.632)
- Ano 2018	(12.334.542)	(3.947.053)
- Ano 2019	(7.129.982)	(1.212.097)
- Ano 2020	(13.444.597)	(4.302.271)
- Jun 2021	-	-
	(35.426.720)	(9.054.956)

O quadro seguinte apresenta reconciliação entre o lucro

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DO IMPOSTO	2020	2019
Lucro/(Prejuízo) antes de impostos	(18.709.685)	(6.844.662)
Custos não dedutíveis	5.264.508	988.788
Prejuízo fiscal	(13.444.597)	(6.855.874)
Imposto corrente	-	-



26. Partes relacionadas

Em 30 de Junho de 2021 não existem saldos com partes relacionadas. O Futuro é controlado pela Agência de Cooperação Suíça que detém 63.64% do capital.

PARTES RELACIONADAS	Jun 2021	Dez 2020
Capital Social	107 800 000	107.800.000
Doações	14 852 911	24.494.257
	122 652 911	132.294.257



27. Instrumentos financeiros

a. Classificação de instrumentos financeiros

Jun 2021	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	7	3 300 805	-	3 300 805
Disponibilidades em instituições de crédito	8	21 040 955	-	21 040 955
Aplicações em instituições de crédito	9	6 600 000	-	6 600 000
Empréstimo e adiantamento a clientes	10	99 922 315	-	99 922 315
Outros ativos	11	-	26 157 983	26 157 983
Total ativos		130 864 075	26 157 983	157 022 058

Jun 2021	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Passivos Financeiros				
Depósitos de clientes	14	17 861 697	-	17 861 697
Empréstimo convertível	15	-	-	-
Outros passivos	16	23 085 000	31 006 080	54 091 080
Outros credores		14 816 014	-	14 816 014
Total de passivos		55 762 711	31 006 080	86 768 791

Dez 2020	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS NÃO FINANCEIROS NCEIROS	TOTAL
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	7	3 586 959	-	3 586 959
Disponibilidades em instituições de crédito	8	22 179 232	-	22 179 232
Aplicações em instituições de crédito	9	600 000	-	600.000
Empréstimo e adiantamento a clientes	10	-	-	88 725 445
Outros ativos	11	-	-	3 448 388
Total ativos		26 366 191	-	118 540 024

Dez 2020	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Passivos Financeiros				
Depósitos de clientes	14	21 151 757	-	21 151 757
Empréstimo convertível	15	-	-	-
Outros passivos	16	8 155 550	18 463 368	26 618 918
Total de passivos		29 307 307	18 463 368	47 770 675

b. Instrumentos financeiros ao justo valor

O Futuro não tem nenhum instrumento financeiro com valorização subsequente ao justo valor. A Administração considera que a diferença entre a quantia escriturada e o justo valor dos instrumentos financeiros acima é imaterial e que a quantia escriturada é razoável e aproximada do justo valor uma vez que estes instrumentos financeiros são de curto prazo.



28. Justo valor dos instrumentos financeiros

A Futuro utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados ativos, para os ativos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os *inputs* que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efetuado com informação observável, quer direta, quer indiretamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam *inputs* que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os ativos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base regular, a Futuro mediu consistentemente os níveis na hierarquia ao reavaliar a categorização no final de cada período.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor:

Jun 2021	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos e adiantamentos clientes	-		99 922 315	99 922 315
	-		99 922 315	99 922 315

2020	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos e adiantamentos clientes	-		83.216.882	83.216.882
	-		83.216.882	83.216.882

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Futuro que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:



	2021 VALOR CONTABILÍSTICO	2021 JUSTO VALOR	2020 VALOR CONTABILÍSTICO	2020 JUSTO VALOR
Ativos financeiros				
Empréstimos e adiantamentos clientes	84.057.457	84.057.457	84.057.457	83.216.882
	84.057.457	84.057.457	84.057.457	83.216.882

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito, aplicações em outras instituições de crédito e o empréstimo convertível se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos ativos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transação entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- Os ativos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando 13,40%.
- Os passivos financeiros são descontados através da FPC de 16,25%



29. Gestão de risco, objetivos e políticas

Introdução

A gestão do risco é parte essencial para o sucesso do Futuro, desempenhando um papel importante na gestão e permitindo operar mais eficazmente num ambiente em constante mudança. A gestão do risco tem vindo a desenvolver-se com o objetivo de se transformar numa das atividades diárias do Futuro, enquanto aspeto vital para a avaliação de estratégias alternativas e de fixação de objetivos, dentro de uma estrutura de gestão que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Futuro. Assumir riscos de forma apropriada é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de otimização do balanceamento entre o risco e o benefício.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Futuro pode sofrer devido a perdas financeiras se os seus clientes ou contrapartes do mercado falharem em honrar os compromissos com o Futuro.

As contrapartes podem incluir os clientes, o Governo e bancos e outras instituições financeiras e não financeiras. O Futuro tem as suas políticas, procedimentos e processos através dos quais controla e monitoriza o risco de todas as atividades.

A exposição ao crédito surge maioritariamente pela via da existência de crédito a clientes. No entanto, o Futuro pode ser exposto a outros riscos de crédito, nomeadamente os que dizem respeito a compromissos e outros que ocorram no decurso das atividades operacionais. Estes riscos são geridos de forma semelhante e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo do risco que surge por via da existência de crédito a clientes.

O objetivo primordial das operações de crédito do Futuro é a geração de rendimentos e a satisfação das necessidades de crédito dos clientes. Como forma de garantir o máximo de eficácia na realização dos seus objetivos, a estratégia do Futuro apresenta uma forte orientação para os clientes, aliada a elementos de capacitação e controlo do risco de crédito.



O relacionamento com o cliente tem como base equipas de “Oficiais de Clientes”, compostas por um líder de equipa e elementos denominados “controles operacionais”. Estas equipas atuam como o elo de ligação fundamental do Futuro com os seus clientes que podem ser classificados como Grupo Organizado ou como “Individuais” (clientes microempresários). O valor dos empréstimos a clientes Grupo varia entre 4 mil e 30 mil meticais e são garantidos pela responsabilidade conjunta de solidariedade e compromisso dos seus membros. O valor dos empréstimos a micros empresários varia entre 10 mil e cinco milhões de meticais.

Os controles operacionais são elementos fundamentais para prevenir e mitigar os riscos comuns a que o Futuro está exposto. Os mecanismos de controlo das operações consistem sobretudo em solicitar aos funcionários e clientes, de forma frequente, um ponto de situação sobre as suas operações e atividades de modo a:

- Identificar acontecimentos fora do comum ou desvios, com a maior brevidade possível;
- Entender as razões dessas ocorrências; e
- Propor soluções para fazer face a estas questões.

O Comité de Crédito é o órgão responsável pela tomada de decisões de aprovação ou rejeição de pedidos de empréstimo.

É função do Comité de Crédito aumentar a sua participação no processo de tomada de decisão e criar um elevado nível de responsabilidade entre os funcionários envolvidos na atribuição e acompanhamento dos créditos a clientes. Esta responsabilidade é fundamental para a qualidade da carteira de crédito. O Comité de Crédito, com a função de decisão e monitorização, é composto por funcionários experientes e fidedignos contribuindo para uma eficiência organizacional e tomada de decisão atempada tendo por base as necessidades do cliente e as políticas de risco do Futuro.

Exposição máxima ao risco de crédito por classes de ativos financeiros

Para ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 30 de Junho de 2021 relativamente ao risco de crédito no balanço.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVO A ELEMENTOS DO BALANÇO	Jun 2021	Dez 2020
Caixa e disponibilidades em Banco Central	3 300 805	3.586.959
Disponibilidades em instituições de crédito	21 040 955	22.179.232
Aplicações em instituições de crédito	6 600 000	600.000
Empréstimo e adiantamento a clientes	99 922 315	84.721.447
Total do ativo na demonstração da posição	157 022 058	115.091.636

Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

	Jun 2021					Dez 2020
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	TOTAL	TOTAL
Crédito vivo	101 467 410	5 367 957	-	-	106 835 367	87 453 025
Nem vencido nem em imparidade	101 467 410	5 367 957	-	-	106 835 367	87453025
Em imparidade	-	-	-	-	-	-
Crédito vencido	-	-	8 864 975	-	8 864 975	3 390 745
Em imparidade	-	-	8 864 975	-	8 864 975	3 390 745

Total	101 467 410	5 367 957	8 864 975	-	97 970 391	84 062 280
--------------	--------------------	------------------	------------------	----------	-------------------	-------------------

Ativos financeiros que não estão nem vencidos nem em imparidade

Estes ativos são considerados como tendo uma taxa de incumprimento não relevante.

Ativos financeiros avaliados quanto à imparidade

O Futuro avalia regularmente se existe uma evidência objetiva de que o ativo financeiro ou a carteira de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um ativo financeiro ou carteira de ativos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existir uma prova objetiva de imparidade em resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou da carteira de ativos financeiros que possa ser estimada corretamente.

Os critérios que o Futuro utiliza para determinar se existem provas objetivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como o incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existência de fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- Desaparecimento de um mercado viável para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando uma diminuição considerável dos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de ativos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses ativos, apesar de tal decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de ativos;
 - iii. Depreciação do valor do colateral; e
 - iv. Deterioração da posição do cliente;

A política de crédito do Futuro define incumprimento de um determinado cliente quando ocorrem os seguintes eventos:

- O Futuro considera que é pouco provável que o cliente venha a pagar a sua obrigação de crédito na íntegra sem que tenha de exercer a sua opção sobre o eventual colateral; e
- Se a outra parte entra em incumprimento com qualquer condição do contrato.

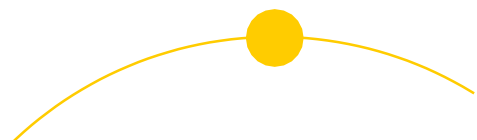
O Futuro avalia primeiro se a prova objetiva de imparidade existe individualmente, para ativos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou coletivamente para ativos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito em incumprimento (ativo financeiro com atraso superior a 90 dias) são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os ativos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro colateralizado reflete os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Avaliação individual de ativos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Créditos abatidos ao ativo



O Futuro estabelece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes aos saldos de clientes e outras contas a receber. Depois de identificar um adiantamento como reduzido, e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui que não há uma perspetiva realista para uma futura recuperação e o abate irá existir quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável, e não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efetuado quando se torna impossível recuperar parte ou a totalidade da dívida.

Estes ativos são abatidos apenas quando todos os procedimentos tenham sido concluídos e o montante das perdas tenha sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral.

Concentração de risco de crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de clientes que esteja ligado a atividades semelhantes, ou apresentem características económicas similares, se encontra numa situação em que uma mesma adversidade poderá pôr em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais.

Na data do relatório, não se verificavam concentrações significativas de risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada ativo financeiro na demonstração da posição financeira.

Jun 2021	DEPÓSITOS NO BANCO CNETRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	1 828 428				1 828 428
Financeiro		21 040 954	6 600.000		27 640 954
Outros sectores				99 922 315	99 922 315
	1 828 428	21 040 954	6 600.000	99 922 315	129 391 697

Dez 2020	DEPÓSITOS NO BANCO CNETRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	1.328.668				1.328.668
Financeiro		22.179.232	600.000		22.779.232
Outros sectores				88.725.445	88.725.445
	1.328.668	22.179.232	600.000	88.725.445	112.833.145

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Futuro ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento aquando dos vencimentos em circunstâncias normais e de pressão. O Futuro mantém uma carteira de ativos com bastante liquidez que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa.

O Futuro estabeleceu linhas de crédito com o grupo a que pertence, a fim de obter liquidez caso seja necessário. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a fatores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral como para o Futuro em particular. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores de caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos com os empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Análise dos ativos e passivos financeiros por maturidade contratual

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos ativos e passivos financeiros da Instituição em 30 de Junho de 2021:

Jun 2021	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	MAIS DE 12 MESES	TOTAL
----------	-----------	-------------	--------------	------------------	-------

Caixa de disponibilidades em bancos	3 300 805	-	-	-	3 300 805
Disponibilidades em instituições de crédito	27 040 955	-	600.000	-	27 640 955
Crédito a clientes	641 847	3 596 316	54 134 120	41 550 032	99 922 315
Outros ativos	26 157 983	-	-	-	26 157 983
Total ativos não descontados	57 141 591	3 596 316	54 734 120	41 550 032	157 022 058
Recursos de clientes	13 468 190,19	-	-	4 393 506,82	17 861 697
Empréstimos			23 085 000		23 085 000
Proveitos diferidos			22 921 145		22 921 145
Passivos de direito de uso	-	-	-	12 380 785	12.647.311
Outros passivos	2 435 229	-	-	-	2 435 229
Total de passivos não descontados	20 296 926		-	12 380 785	47.770.675
	36 844 665	3 596 316	8 727 975	29 169 247	78 338 202

Dez 2020	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	MAIS DE 12 MESES	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos	3.586.959				3.586.959
Disponibilidades em instituições de crédito	21.579.232		600.000		22.179.232
Crédito a clientes	-	2.118.325	53.477.529	35.247.916	90.843.770
Outros ativos	6.312.756		-		6.312.756
Total ativos não descontados	31.478.947	2.118.325	54.077.529	35.247.916	122.922.717
Recursos de clientes	21.151.757		-	-	21.151.757
Empréstimo convertível	-		-	-	12.647.311
Passivo de direito de uso	-		-	12.647.311	13.971.607
Outros passivos	13.971.607		-	-	3.465.019
Total de passivos não descontados	35.123.364	-	-	12.647.311	47 .770.675
	-3.644.417	-	54.077.529	22.600.605	75.152.042

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros varie devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de câmbio e cotações.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações nas taxas de juro com impacto nos fluxos de caixa ou no justo valor dos instrumentos financeiros.

O Futuro monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado na sua posição financeira e fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar em resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou originar perdas caso ocorram movimentos não previstos. A Administração estabelece os limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem os saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito e outros ativos.

A tabela seguinte resume a exposição do Futuro à taxa de juro com referência a 30 de Junho de 2021. Os ativos e passivos incluídos na tabela estão mensurados pela quantia escriturada e categorizados pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade.

Risco de Mercado	< 3 meses	Entre 3 e 12 meses	> 12 meses	Sem Juros	Total
Ativos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	-	3 300 805	3 300 805
Disponibilidades em inst. de crédito	27 040 955	600 000	-	-	27 640 955
Crédito a clientes	641 847	3 596 316	54 134 120	41550031,76	99 922 315
Outros activos	-	-	-	26 157 983	26 157 983
Total activos	27 682 802	4 196 316	54 134 120	71 008 820	157 022 058
Passivos Financeiros					
Recursos de clientes	13 468 190	-	4 393 506	-	17 861 696
Empréstimos	-	-	23 085 000	-	23 085 000
Proveitos diferidos	-	-	22 921 145	-	22 921 145
Passivo de direito de uso	-	-	-	12 380 785	12 380 785
Outros passivos	2 435 228	-	-	-	2 435 228
Total de passivos	15 903 418	0	50 399 651	12 380 785	78 683 855
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	11 779 384	4 196 316	3 734 469	58 628 035	78 338 203

Dez 2020

RISCO DE MERCADO	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
Ativos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	3586959	-	-	-	3 355 590
Disponibilidades em inst. de crédito	21 579 232	600.000	-	-	22 179 232
Crédito a clientes	2 118 325	53 477 529	35 247 916	-	90 843 770
Outros ativos	-	-	-	6 312 756	6 312 756
Total ativos	27 284 516	54 077 529	35 247 916	6 312 756	122 922 717
Passivos Financeiros					
Recursos de clientes	21 151 757	-	-	-	21 151 757
Outros passivos	-	-	-	13 971 607	13 971 607
Passivos de direito de uso	-	-	-	12 647 311	12 647 311
Empréstimo convertível	-	-	-	-	-
Total de passivos	21 151 757	-	-	26 618 918	47 770 675
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	6 132 759	54 077 529	35 247 916	-20 306 162	75 152 042

d. Risco cambial

O Futuro toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais nas suas posições financeiras e fluxos de caixa.

Jun 2021

RISCO DE CAMBIAL	MZN	USD	Total
Ativos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	3 300 805	439	-
Disponibilidades em instituições de crédito	27 640 955	129 131	-
Crédito a clientes	99 922 315	-	99 922 315
Outros ativos	26 157 983	-	26 157 983
Total ativos	157 022 058	129 570	-
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	17 861 696	-	17 861 696
Passivo de direito de uso	12 380 785	-	12 380 785
Outros passivos	48 441 374	-	48 441 374
Total de passivos	78 683 855	-	78 683 855
Exposição líquida	78 338 203	129 570	79 041 621

Dez 2020

RISCO DE CAMBIAL	MZN	USD	Total
Ativos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	2.977.348	609.611	3.586.959
Disponibilidades em instituições de crédito	21.476.253	702.979	22.179.232
Crédito a clientes	90.843.770	-	90.843.770
Outros ativos	6.312.756	-	6.312.756
Total ativos	121.610.127	1.312.590	122.922.717
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	21.151.757	-	21.151.757
Passivo de direito de uso	12.647.311	-	12.647.311
Outros passivos	13.971.607	-	13.971.607
Total de passivos	47.770.675	-	47.770.675
Exposição líquida	73.839.452	1.312.590	75.152.042

e. Risco operacional

O risco operacional é o risco decorrente de falhas de sistemas, processos, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Futuro, implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Futuro, através de um quadro de controlo e de vigilância, procura responder aos riscos potenciais e gerir e controlar os principais riscos. Os controlos incluem uma efetiva segregação de funções, acessos, autorizações e procedimentos de reconciliação, formação de pessoal e processos de avaliação.

f. Gestão de capital

Os principais objetivos da gestão de capital são os que visam que o Futuro:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte estrutura de capital, que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas atividades; e
- Salvaguarde a capacidade da Futuro em termos de continuidade das suas operações, de forma a continuar a gerar resultados para os acionistas e benefícios aos restantes interessados;

O Futuro cumpre integralmente com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique.

FUNDOS PRÓPRIOS	2020	2019
De base principal (Tier 1)	88 746 372	89.839.660
De base (Tier 1)	88 552 617	89.514.572
Risco de crédito	101 467 410	53.544.509
Risco Operacional	6 886 539	7.827.452
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier 1)	81,90%	146,39%
Tier Capital 1	81,73%	145,86%
Rácio Global	81,73%	145,86%

30. Eventos subsequentes

Após o período de relato, e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não houve eventos favoráveis ou desfavoráveis que afetam as demonstrações financeiras ou requeiram divulgação adicional.



José Mário Mimoso da Rosa

Técnico de Contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração



Futuro_{mcb}

Estrada Nacional 8
Bairro de Namutequeliua - Nampula

+ 258 84 314 0799
contato@futuromcb.com